



XIX ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (EREBD/PB)

GT 6: Livre

POLÍTICA CULTURAL PÚBLICA

Ana Rosa da Silva¹
Bruno Henrique Xavier Santiago¹
Mitilene Ferreira¹
Paula Wivianne Quirino dos Santos¹

Resumo: Pretende-se apresentar de forma geral como se originou e constituiu-se a ideia de política cultural, e como ocorre a construção de uma política pública brasileira e quais posicionamentos, caminhos e manifestações decorrentes de um pensamento político às suas decisões de cultura políticas finais como resultado para a consolidação de uma política cultural pública para a sociedade.

Palavras–chave: Política cultural. Política cultural pública. Política pública brasileira. Cultura política.

Abstract: *It is intended to provide a general way how it originated and made up the idea of cultural politic, and as is the construction of a Brazilian public politic and what positions, paths and manifestations resulting from a political thoughts to their final political culture of decisions as result for the consolidation of a public cultural politic for society.*

Keywords: *Political Culture. Cultural Public Police. Brazilian Public Police.*

1INTRODUÇÃO

O pensamento político teve sua origem na Grécia, que através dos pensamentos de seus filósofos examinavam os fatos políticos e sociais, criando a essência do social em cada indivíduo. O termo política, conhecido através da obra de Aristóteles *Política*, vem de *Polis (estado-cidade)* que significa tudo aquilo diz respeito à cidade. Como afirma

¹ Alunos do bacharelado em Biblioteconomia do departamento de ciência da informação – DCI do Centro de Artes e Comunicação – CAC na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Sartori (1981, p. 158) “porque o homem vive na *polis* – e porque a *polis* vive nele – que o homem se realiza como tal.” Porém, antes da visão Aristotélica, Platão (2006) afirmava que a política devia ser regida por um rei filósofo, e que por sua vez, fizesse o povo agir através de pensamentos sábios ou filosóficos. Ele também já previa uma sociedade dividida em grupos sociais, mesmo assim defendia a ideia que o governo não poderia se render a decisão da maioria, defendendo um modelo político antidemocrático, ou seja, um sistema de política ideal, regida pela razão.

Ao contrário de Platão, Aristóteles (2007) não idealizava a política, para ele a política começa na observação realista da sociedade, tal como ela existe e não a ideia dela. Onde o que é bom e útil são trabalhados para o melhoramento coletivo. O grande foco da visão política de Aristóteles é a natureza humana, onde a política social é entendida como aquilo que é bom para a natureza humana, uma vez que o homem se completa em sociedade. Aristóteles afirma ainda que,

Essas considerações tornam evidente que a cidade é uma realidade natural e que o homem é, por natureza, um animal político (*politikón zôon*). E aquele que, por natureza e não por mero acidente, não faz parte de uma cidade é um ser degradado ou um ser superior ao homem. (ARISTÓTELES, 2007)

A política é o extinto social se manifestando de maneira organizada, e em sociedade, que se apresenta na vida do homem primeiro pela família que, para Aristóteles é a primeira organização social. E assim como o provedor, e principal sustentar da casa está para o resto da família, assim a política esta para a sociedade como administrador, gerente, e controle. E só se manifesta através da atividade pública dentro de um contexto organizacional, e quanto à manifestação é coletiva.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Política pública são todos os programas que, através do Estado, visam assegurar os direitos do cidadão nas diferentes áreas como a área social, econômica, étnico ou cultural. É o estado e o governo em ação, que envolve interesses e conflitos entre grupos que compõe a sociedade, onde a ação resultante desse conflito é a atividade que o governo decide fazer. Uma vez que essa decisão é tomada pelo governo/estado, são elaborados planos, programas, as e atividades que colocam essas decisões em prática.

As políticas públicas foram criadas, de forma que, assegurassem a lei, através de conselhos e o acompanhamento dos cidadãos, para os próprios cidadãos. É tudo aquilo que é público, onde se coloca em foco o interesse das pessoas. Políticas públicas é a trajetória que tem o começo no governo, e o fim é o retorno de toda a indagação como

solução para a sociedade. Isso que dizer que a política pública gera em torno de programas e benefícios para o coletivo, mas nem sempre é uma ação social. Rodrigues (2010, p. 29), afirma que, "Toda a política social é uma política pública, mais nem toda política pública é uma política social".

2. 1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Há muito tempo o Brasil vem sofrendo mudanças econômicas e sócias, que se reflete nas diferentes ideologias governamentais do país, desde a era Vargas. Foi no Governo de Getúlio Vargas que, visando reforma administração publica criou, em 1938, o DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público. Com esse e demais investimentos surgiram serviços e órgãos com o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e também a era do rádio. Contudo em de 1964 a 1985 na intervenção do governo militar muita coisa mudou,

Os governos que se sucederam não apresentaram um programa cultural consistente. Entretanto, mesmo sem o suporte de uma política pública estruturada, houve um florescimento na música e no cinema. Na economia, foi um período de grandes projetos desenvolvimentistas, inflação galopante, crescimento da dívida externa e baixa produtividade. Surgiram ainda experiências não estatais relevantes como os Centros Populares de Culturas - CPCs da União Nacional dos Estudantes - e a educação de Paulo Freire, identificados com um projeto de construção de uma nova sociedade. Sonhos que foram abortados com o golpe militar e a nova ordem política nacional. (BEZERRA, WEYNE, 2013, p. 3).

Foi nessa época que surge o primeiro Plano de Cultura Nacional, no ano de 1975, visando à valorização da cultura nacional. Mesmo com toda a crise financeira que o país enfrentou o pós-regime militar, na volta da democracia, o país não parou, com a criação da constituição, em 1988, amplia-se os direitos sociais, e os direitos sociais são traduzidos nas políticas públicas.

Na gestão Lula foi marcada pelo processo de descentralização das políticas culturais. Tendo o foco na “cultura para todos”, a ideia central do Governo era a ampliação do acesso aos bens e serviços culturais para todos e a inclusão de todos com ações que unissem todos os segmentos sociais.

3 POLÍTICA CULTURAL

Entende-se sobre políticas culturais, as diversas propostas elaboradas pelas entidades administrativas públicas, por empresas privadas e ongs que tem a intenção de promover intervenções para a sociedade por meio da cultura. O estudo sobre políticas culturais no Brasil ainda possui um caráter bastante recente, sobretudo o destino de se conceituar o próprio conceito sobre o que é política cultural entre os estudiosos da área.

Independente a conceitos e tipologia sobre o que é política cultural, percebe-se que o objetivo está vinculado à produção, distribuição e uso da cultura e que visa divulgar o patrimônio histórico e a organização burocrática que a administra. Conforme o discurso de Teixeira Coelho Neto (1997):

[...] que as iniciativas desses agentes visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”; considera, ainda, política cultural como uma “ciência da organização das estruturas culturais” que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam”. (TEIXEIRA COELHO NETO, 1997, p. 292).

Assim, conforme o pensamento de Teixeira Coelho Neto (1997), uma política cultural pode ser considerada como uma ciência da organização que busca entre as estruturas culturais, representar e a compreender o significado de cultura nos diferentes contextos sociais. Dessa forma, percebemos que o conceito de política cultural está interligado as áreas de atuação que a focam “a cultura e a política” e estas são administradas por seus agentes que a formulam e a traz a realidade. De acordo com o pensamento de Isaura Botelho (2001), devemos conhecer as dimensões da cultura. Ainda conforme a teórica deve-se “reconhecer as duas dimensões da cultura que deveriam ser consideradas alvos das políticas culturais” (2001, p. 3).

De acordo com Botelho (2001), as dimensões da cultura se dividem em duas: a dimensão sociológica e a antropológica. A sociológica se refere ao mercado e a cultura e é elaborada com intenção de alcançar um público por meio específico expresso. A dimensão antropológica se volta para a cultura cuja produção é realizada no cotidiano de todos, mas comumente é representada por pequenos grupos que pretendem garantir o

laço de equilíbrio entre a estabilidade na cultura e o convívio social. A perspectiva antropológica representa um grande desafio para o alcance dos gestores e grupos que defendem essa dimensão da cultura.

Destarte, a política cultural deve servir para a liberação da criatividade e convívio na sociedade, uma vez que novos grupos sociais emergem por meio das constantes transformações que a cultura sofre na contemporaneidade. Rubim (2006) aponta que a transversalidade do campo cultural percorre várias áreas da vida social, tais quais: economia, comunicação, direito, comportamento, diversidade, política (trans) nacional, fazendo com que a política cultural se articule e rompa as fronteiras das dimensões sociais citadas por Botelho (2001).

É possível observar que a cultura contemporânea se integralizou em diversos aspectos e tipos diferenciados, segundo a afirmação de Rubim (2006, p.6):

A cultura contemporânea se vê constituída e perpassada, igualmente, por fluxos e estoques culturais de tipos diferenciados. De um lado, emerge um processo de globalização, conformando produtos culturais que, fabricados de acordo com padrões simbólicos desterritorializados, buscam se posicionar em um mercado mundial de imensas dimensões controlado por mega-conglomerados, oriundos de gigantescas fusões de empresas, que associam cultura, comunicação, entretenimento e lazer. De outro lado, reagindo a este processo de globalização, brotam em vários lugares, manifestações confeccionadas por fluxos e estoques culturais locais e regionais.

Desta maneira, elaborar uma política cultural visa estabelecer acessos e meios de desfrute a cultura conforme a particularidade de cada indivíduo, estabelecer um princípio de igualdade neste âmbito social é articular a cultura a sociedade. O incentivo e manutenção da cultura é dever e obrigação do Estado, e esse estado é composto por todos os cidadãos, desta maneira, os cidadãos precisam reivindicar e também contribuir juntamente na construção de políticas públicas e de cultura que preguem a inclusão de toda a sociedade e do meio social.

4 METODOLOGIA

A metodologia abordada para proceder aos procedimentos técnicos na elaboração deste artigo, conforme GIL (*apud* Silva; Menezes, 2001, p.21) a pesquisa se

consolidou por ser bibliográfica realizada por meio de material já publicado, constituído principalmente de livros literários, livros acadêmicos, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Sobre o método proposto, a pesquisa foi proposta pelo método da racionalidade, ou seja, buscava o método dedutivo, o qual visa propor explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio do raciocínio, da análise para a construção de uma conclusão lógica.

5 CONSIDERAÇÕES

Conforme entendemos o pensamento de Aristóteles, quanto à política ser o extinto social e esta se manifesta de maneira organizada, e em sociedade, podemos refletir que a própria política só se manifesta através da atividade pública dentro de um contexto organizacional, e enquanto a manifestação se dá por meio coletivo.

A partir da reflexão sobre política conceituada por Aristóteles, percebemos que o papel da política pública é garantir os direitos do cidadão nas diversas áreas que correspondem à ordem social dos indivíduos, bem como, criar e estabelecer programas e benefícios para a sociedade em geral.

No Brasil a carência de uma política de cultura atinge diretamente as classes menores e compromete ainda mais a parte da cultura social. De acordo com a citação utilizada por Miceli (1984, p.27),

Uma pequena elite intelectual política e econômica pode conduzir, durante algum tempo, o processo do desenvolvimento. Mas será impossível a permanência prolongada de tal situação. É preciso que todos se beneficiem dos resultados alcançados. E para esse efeito é necessário que todos, igualmente, participem da cultura nacional”.

É preciso repensar sobre a carência a respeito da política cultural existente no país. A cultura nacional como o próprio nome já revela é de caráter social de uma nação e deve ser absorvida por todos. A criação de uma política de cultura promove e legitima a liberação da criatividade e convívio na sociedade entre os diferentes grupos, uma vez que novos grupos sociais emergem por meio das constantes transformações que a cultura sofre, esses novos grupos faram cultura, a promoverá e a desfrutará por um ato de caráter libertário e identitário manifestado pela própria cultura.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, A **política**. São Paulo: Ed. Atena, 1985.

BEZERRA, Jocastra Holanda; WEYNE, Rachel Gadelha. **Política cultural no Brasil contemporâneo: Percursos e desafio**. Ceará: UECE, 2002. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocastra-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>> acessado em: 10 jul.2015.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, apr./jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011> acessado em: 12 jul.2015.

MICELI, S. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 1, p. 27-31, 1984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n1/v24n1a02.pdf>> acessado em: 10 jul.2015.

PLATÃO. **A república**; tradução Anna Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Folha explica: políticas públicas**. Ed. Livraria da Folha, 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1039055-leia-trecho-de-folha-explica-politicas-publicas.shtml>> acessado em: 11 jul.2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais entre o possível e o impossível**. In: Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2011/07/antonio_albino_canelas_rubim.pdf> acessado em: 12 jul.2015.

SARTORI, Giovanni. **Partidos y sistemas de partidos: marco para un Brasilis**. Madrid: 2. Ed. Alianza, 1981.

SILVA, E. L. da.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf> acessado em: 10 jul.2015.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/bibliotecadigital/CoelhoDicionario_critico_de_politica_cultural.pdf> acessado em: 12 jul.2015.